

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	13
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	32
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	33
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	49
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Introdução

As informações financeiras comentadas neste item do Formulário de Referência, exceto quando mencionado de outra forma, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, por este motivo, as informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A análise dos Diretores em relação aos resultados e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas neste item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita de venda de bens e serviços para os períodos/exercícios aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida reportada nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou R\$ 2.302 milhões, o que

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

representou um aumento de R\$190 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. O aumento da dívida líquida ocorre, principalmente, do consumo de caixa apresentado no período, não totalmente compensado pela venda de ativos não core e pelo processo de melhora de rentabilidade da Companhia.

Consolidado (R\$ milhões)	Em	Em	(A) – (B)
	30.12.2023 (A)	31.12.2022 (B)	
Caixa e equivalentes de caixa	2.971	3.751	(780)
Dívida bruta ⁽¹⁾	(5.273)	(5.863)	590
Dívida líquida ⁽²⁾	(2.302)	(2.112)	(190)

⁽¹⁾ A Dívida Bruta divulgada pela Companhia consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida bruta de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Dívida Líquida divulgada pela Companhia consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Os índices de liquidez corrente e geral permaneceram acima de 1 nos períodos apresentados abaixo.

Consolidado	Em	Em	(A) – (B)
	31.12.2023 (A)	31.12.2022 (B)	
Liquidez corrente ⁽¹⁾	1,21	1,61	(0,40)
Liquidez geral ⁽²⁾	1,27	1,46	(0,18)

⁽¹⁾ Calculado com base na relação entre os ativos e passivos circulantes da Companhia.
⁽²⁾ Calculado com base na divisão do ativo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo pelo passivo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo.

b. estrutura de capital

A tabela abaixo demonstra a composição da estrutura de capital do GPA para 31 de dezembro de 2024, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31.12.2023	AV
Passivo (Circulante e Não-Circulante) (Capital de terceiros)	17.328	78,6%
Total Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	4.722	21,4%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.050	100,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento

A Companhia encerrou o exercício social em 31 de dezembro de 2023 com alavancagem de 1,1x Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados/EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados⁵ totalizou R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

A posição de caixa contabilizou R\$ 3,0 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 117 milhões, somando R\$ 3,1 bilhões em disponibilidade de recursos em 31 de dezembro de 2023.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta diminuiu R\$ 0,6 bilhão, atingindo R\$ 5,3 bilhões. Desse total, R\$ 3,4 bilhões referem-se à emissão de debêntures e notas promissórias, com taxas médias de CDI + 1,60% a.a. e vencimento até 2030.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes da Companhia, apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, era de R\$ 2.971 milhões, 3,1 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 972 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral da Companhia atingiram 1,21 vezes e 1,27 vezes, respectivamente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais a posição de caixa e equivalentes era de R\$ 2.794 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2,9 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 972 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral⁶, por sua vez, eram de 1,13 vezes e 1,27 vezes, respectivamente.

Esses valores confirmam a capacidade da Companhia em arcar com seus compromissos no curto prazo. No longo prazo, a Companhia trabalha na execução do projeto de redução da alavancagem financeira, com a venda de ativos não core, que inclui a venda da participação remanescente no Grupo Éxito, e melhoras operacionais, em linha com a projeção pública de margem EBITDA Ajustado¹ entre 8% e 9% em 2024. Diante deste plano, a Companhia espera obter uma recuperação gradual da geração de caixa e melhora da estrutura de capital, consolidando a capacidade da Companhia para pagamento das obrigações de longo prazo.

¹ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado (i) pelo resultado financeiro líquido, (ii) pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (iii) pelas despesas de depreciação e amortização, (iv) pelas Outras Despesas Operacionais, líquidas, e (v) pelo Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas. Para mais informações vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia usualmente capta recursos por meio de: **(A)** contratos financeiros que representam: (i) financiamentos contraídos em moeda corrente nacional, com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos contraídos em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; **(B)** captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; **(C)** geração de caixa através de sua operação; e **(D)** antecipação de recebíveis.

No último exercício social, a Companhia não enfrentou dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia entende que as fontes de financiamento são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

Dessa forma, para fins de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pretende recorrer às seguintes fontes de financiamento: **(A)** contratos financeiros compreendendo: (i) financiamentos em moeda corrente nacional, com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos em moeda estrangeira, com a possibilidade de “troca” parcial ou na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; **(B)** captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; **(C)** geração de caixa através de sua operação; e **(D)** antecipação de recebíveis.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As tabelas abaixo apresentam (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma) o endividamento consolidado da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2023, observado que a dívida é composta por: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures e notas promissórias.

Contratos de empréstimo e financiamento

(em milhões de Reais)		Consolidado
Debêntures	Taxa Média	Em 31/12/2023
Debêntures e Certificados de Recebíveis de Imobiliários e Notas Promissórias	CDI + 1,6% a.a.	3.350
		3.350
Empréstimos e Financiamentos		
Em Moeda Local		
Capital de Giro	CDI + 1,8% a.a.	1.753
Capital de Giro	TR + 9,8% a.a.	7
Contrato de Swap	CDI + 0,11% a.a.	(1)
Custo de Captação		(6)
		1.753
Em Moeda Estrangeira		
Capital de Giro	USD + 2,12% a.a.	142
Capital de Giro - pesos colombianos	IBR 1M + 1,45%	-
Capital de Giro - pesos colombianos	IBR 3M + 1,6%	-
Capital de Giro Argentina	Pré 39,52%	-
Carta de Crédito - Pesos Uruguaios		-
Contratos de Swap	CDI + 1,7% a.a.	28
		170
Total da Dívida		5.273

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante:

Ano	Consolidado
	Em 31/12/2023
De 1 a 2 anos	1.872
De 2 a 3 anos	1.422
De 3 a 4 anos	260
De 4 a 5 anos	637
Após 5 anos	138
Subtotal	4.329
Custos de Captação	(29)
Total	4.301

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência

Financiamento do capital de giro: Debêntures e Notas promissórias

A Companhia utiliza a emissão de debêntures e notas promissórias para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures e notas promissórias emitidas não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária e não possuem cláusulas de repactuação.

Swaps

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações contraídas em dólares norte-americanos ou em outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média ponderada anual do CDI em 2023 foi de 13,04%.

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota o CPC 06 R2 “Arrendamento Mercantil”.

No âmbito das celebrações dos contratos, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Caso positivo, a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de arrendamento do direito de uso, gozando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de ativos com valor individual inferior a US\$ 5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos descontados a valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando-se a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

<u>Passivo de Arrendamento Mercantil Financeiro -</u> <u>Pagamentos Mínimos de Aluguel</u>	Consolidado
	Em 31/12/2023
Até 1 ano	474
De 1 a 5 anos	1.800
Mais de 5 anos	2.026
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.300
Encargos futuros de financiamento	3.417
Valor Bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	7.717

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atualmente, a Companhia não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, os empréstimos, financiamentos e títulos, locais ou internacionais, da Companhia eram compostos por dívidas com garantias fidejussórias (aval ou fiança corporativa), não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras da Companhia dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"):

- (i) créditos trabalhistas;
- (ii) os créditos gravados com direito real de garantia (se houver) até o limite do valor do bem gravado;
- (iii) créditos tributários;
- (iv) créditos quirografários;
- (v) multas e penas pecuniárias;
- (vi) créditos subordinados (se houver) ; e
- (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, dentre outras, determinam índices e limites de endividamento (*covenants* financeiros), limitação de alienação de ativos, de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário) e limitação ao pagamento de dividendos superiores ao mínimo obrigatório. Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira; e
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (*swap*, termo e opções).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,25. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices, sendo:

Índices Financeiros Debêntures e Notas Promissórias	Em 31/12/2023
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido (< 1)	0,392
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado últimos 12 meses (< 3,25)	1,474

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado cruzado nas emissões de debêntures e notas promissórias e nos contratos de empréstimos bancários com as seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bradesco, BTG Pactual, Scotia Bank, Safra e Santander.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, na data deste Formulário de Referência, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Financiamentos e empréstimos contratados com percentuais utilizados

Contratos	Objeto	Valor total (R\$ milhões)	Plano de Investimento	Data da Contratação	Desembolso em 2023 (R\$ milhões)	Garantias
Empréstimo Bancário	Alongamento de dívida	500	Capital de Giro	28/12/2022	500	Não aplicável

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	AV	2022	AV
Receita de venda de bens e serviços	19.250	100,00%	17.321	100,00%
Lucro Bruto	4.817	25,02%	4.302	24,80%
Desp. Com Vendas, Gerais e Adm.	(3.678)	(19,11)%	(3.297)	(19,00)%
Depreciação e Amortização	(1.017)	(5,28)%	(931)	(5,40)%
Outras despesas operacionais, líquidas	(213)	(1,11)%	(434)	(2,50)%
Resultado Financeiro Líquido	(1.009)	(5,24)%	(750)	(4,30)%
Lucro Líquido (prejuízo)	(2.134)	(11,08)%	(4)	0,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Receita de venda de bens e serviços

A receita líquida de venda de bens e serviços da Companhia totalizou R\$19,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento de 11,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$17,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do crescimento de receita líquida de 5,5% na base de lojas comparáveis, excluindo efeito calendário, e da expansão do número de lojas da Companhia.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia totalizou R\$4,8 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento de 12,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$4,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do crescimento das vendas da Companhia no período assim como pela expansão de 0,2 p.p. da margem bruta decorrente das iniciativas de melhora de rentabilidade executadas, prncipalmente, no segundo semestre de 2023.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$3,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$3,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do impacto inflacionário. Em percentual da receita de venda de bens e serviços, as despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia atingiram 19,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um leve aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que tinha sido 19,0%. Esse leve aumento se deve a despesas pontuais no exercício social encerrado em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2023, que não haviam ocorrido no ano de 2022.

Depreciação e Amortização

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$1.017 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento de 9,2% em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$931 milhões.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$1.008 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação a 31 de dezembro de 2022, em que totalizou uma despesa de R\$750 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de recebíveis descontados, maior valor de juros sobre passivo de arrendamento e de receitas financeiras relacionadas aos recebíveis pelas vendas dos hipermercados, que impactaram positivamente o resultado em 2022 e não impactaram em 2023.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O prejuízo líquido consolidado da Companhia totalizou R\$2,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o prejuízo líquido totalizou R\$4 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do resultado das atividades descontinuadas, que apresentaram prejuízo líquido de R\$ 2,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um lucro de R\$ 0,9 bilhão no mesmo período de 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhões de R\$)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	549	(216)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.583)	2.834
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.705)	(4.703)
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.739)	(2.085)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	89	(568)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.621	8.274
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.971	5.621

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais da Companhia foi de R\$549 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou uma aplicação de R\$216 milhões. Esta variação decorre, principalmente, (i) da linha de alienação do imobilizado e intangível, que havia apresentado uma aplicação de R\$ 2.6 bilhões em 2022 e uma aplicação de R\$ 14 milhões em 2023; (ii) da linha de lucro (prejuízo) líquido do período, que apresentou uma aplicação de R\$ 4 milhões em 2022 e uma aplicação de R\$ 2.134 milhões em 2023, devido principalmente ao resultado das atividades descontinuadas.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento da Companhia foi de R\$1.583 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa uma diminuição em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o caixa líquido gerado totalizou R\$2.834 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do efeito decorrente (i) da alienação das lojas Extra Hiper e imóveis no valor de R\$ 4.560 milhões ocorrido em 2022; e (ii) da saída de caixa da subsidiária Éxito.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia foi de R\$1.705 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa uma diminuição em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$4.703 milhões. Esta variação decorre, principalmente, (i) de uma captação de empréstimos e financiamentos no período em um valor de R\$1.718 milhões, valor este maior em R\$ 173 milhões em comparação com o mesmo período em 2022, (ii) de pagamentos de empréstimos e financiamentos no período em um valor de R\$1.416 milhões, montante este menor de R\$ 2.408 milhões em comparação com o mesmo período de 2022, e (iii) de pagamentos passivo de arrendamento e juros, que totalizaram R\$ 1.166 milhões, montante de R\$ 212 milhões menor do que no mesmo período de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo GPA Brasil e Outros negócios. As informações da receita por mercado de atuação para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Receita de vendas de bens e serviços	
(R\$ milhões)	2023
Consolidado	19.250
Subtotal Multivarejo ⁽¹⁾	19.181
Pão de Açúcar	8.682
Extra/ Compre Bem ⁽²⁾	5.832
Proximidade ⁽³⁾	2.969
Postos/ Drogarias/ Delivery	1.698
Outros Negócios ⁽⁴⁾	69

(1) Não inclui a linha outros negócios.
(2) Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra e Compre Bem.
(3) Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.
(4) Inclui as vendas do James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita de venda de bens e serviços, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.2 Resultados operacional e financeiro

Para informações acerca do impacto da deflação na receita de venda de bens e serviços, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não teve opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

(i) Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Êxito na Companhia.

Em agosto de 2023, foi concluída a segregação dos negócios da Companhia e de Êxito com a distribuição de, aproximadamente, 83% da participação detida pela Companhia em Êxito aos seus acionistas. Desta forma, a partir de tal data, o GPA passou a deter uma participação de 13,3% no capital do Êxito, que consequentemente passa a ser contabilizada na linha de aplicações financeiras no ativo circulante.

Em 13 de outubro de 2023 o Conselho de Administração do GPA aprovou a celebração de um pré-acordo para a venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Êxito de 13,3% por US\$ 156 milhões para o Grupo Calleja, detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos. A venda ocorreu no âmbito de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) lançada pelo Grupo Calleja na Colômbia e Estados Unidos da América em dezembro de 2023 com objetivo de aquisição de 100% do capital do Êxito, tendo sua liquidação ocorrido em janeiro de 2024.

Potencial venda da operação de postos

Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia, em fato relevante, informou sobre a potencial venda da operação de postos de combustível, que está em fase de negociação, em linha com seu plano de desalavancagem. Dentro desse contexto, a Companhia tem negociações em curso para a venda dos postos de gasolina, por meio de várias transações, com diferentes potenciais compradores, em especial por conta da regionalidade de cada um dos postos, fato esse que culminou no tratamento dessa operação como atividade descontinuada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2024.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2023, o Casino propôs ao Conselho de Administração da Companhia iniciar negociações para a compra da participação detida pelo GPA na Cnova N.V. A proposta do antigo controlador, em conjunto da ausência por parte do GPA de

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

obrigação financeira atual ou futura perante a CNova e a intenção de alienação deste ativo, levaram à reversão dos prejuízos acumulados não caixa. A operação foi concluída no terceiro trimestre de 2023. Para mais informações vide item 1.11 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais além daquelas já descritas no item 'a' acima. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

I. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) ou EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado (i) pelo resultado financeiro líquido, (ii) pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita de venda de bens e serviços.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA acima mencionado ajustado por (i) Outras Despesas Operacionais, líquidas, e (ii) Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas, conforme descritas no item (b) abaixo.

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício/periodo que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita de venda de bens e serviços.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelo IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

(R\$ milhões, exceto %)	2023
EBITDA	(410)
Margem EBITDA	(2,1)%
EBITDA Ajustado	2.023
Margem EBITDA Ajustada	10,5%

II. Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados

A Dívida Bruta é uma medição não contábil, a qual é calculada pela soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e notas promissórias, circulantes e não circulantes.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil calculada pela Dívida Bruta deduzida pela soma dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados é calculada com base na Dívida Líquida subtraída dos descontos de recebíveis não antecipados, que consistem em saldos das administradoras de cartões de crédito contabilizados na rubrica de contas a receber da Companhia. A Administração entende que estes saldos poderiam simplesmente ser prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelo IFRS, e não devem ser considerados como substitutos como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e da Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

2.5 Medições não contábeis

(R\$ milhões)	2023
Dívida Bruta	(5.273)
Dívida Líquida	(2.302)
Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados	(2.185)

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

I. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

(R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma)	2023
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(2.134)
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.009
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(418)
(+) Depreciação e Amortização	1.133
EBITDA	(410)
Receita de venda de bens e serviços	19.250
Margem EBITDA	(2,1)%

2.5 Medições não contábeis

<i>(R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma)</i>	2023
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(2.134)
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.009
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(418)
(+) Depreciação e Amortização	1.133
(+) Outras receitas e despesas operacionais, líquidas ⁽¹⁾	213
(+) Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas ⁽²⁾	2.220
EBITDA Ajustado	2.023
Receita de venda de bens e serviços	19.250
Margem EBITDA Ajustada / Receita de venda de bens e serviços	10,5%

⁽¹⁾ As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

⁽²⁾ As operações descontinuadas fazem referência: ao resultado líquido da operação dos hipermercados e drogarias Extra devido ao processo de descontinuidade destas operações, assim como ao resultado líquido da operação do Grupo Éxito, devido ao processo de cisão entre as atividades da Companhia e do Almacenes Éxito S.A.

II. Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipado

<i>(R\$ milhões)</i>	2023
Empréstimos e Financiamentos (circulante)	(941)
Debêntures (circulante)	(31)
Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	(983)
Debêntures (não circulante)	(3.319)
Dívida Bruta	(5.273)
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.971
Dívida Líquida	(2.302)
Descontos de Recebíveis	117
Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados	(2.185)

2.5 Medições não contábeis

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas de desempenho, pois a administração da Companhia acredita que sejam medidas práticas para aferir o seu desempenho operacional.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados/revisados. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada auxiliam o entendimento de sua condição financeira e dos resultados de suas operações, sendo utilizadas internamente como medidas para avaliar a produtividade e eficiência, provando ser úteis para avaliar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada proporcionam aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à Dívida Bruta, à Dívida Líquida e à Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados elaboradas por outras empresas. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados são usadas pela Companhia respectivamente para fins contratuais (Covenant) e para apresentação nos documentos ao mercado.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados apresentam limitações que podem prejudicar a sua

2.5 Medições não contábeis

utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Venda da Participação na CNova N.V.

A Companhia concluiu, em 27 de novembro de 2023, as negociações para a venda da sua participação societária indireta na CNova N.V. ("CNova") para seu antigo acionista controlador, o Casino Guichard Perrachon ("Casino"). A liquidação da Transação ocorreu em 30 de novembro de 2023.

O valor da transação será pago em duas parcelas, tendo sido a primeira à vista, representando 80% do montante total devido, correspondendo a € 8 milhões (R\$ 42,8 milhões, considerando a cotação do Euro para o Real de R\$5,351, com base em 24 de novembro de 2023), e a segunda parcela representando o restante do preço, no valor de € 2 milhões (R\$ 10,7 milhões, considerando a cotação do Euro para Real de R\$5,385, com base em 27 de março de 2024), foi paga em 27 de março de 2024

Além dos valores acima, foi acordado o pagamento de parcela variável ("Equalization Payment") no caso de uma transação subsequente ("Transação Subsequente") envolvendo a venda da participação detida pelo Casino em CNova ou uma reorganização societária da CNova no prazo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da Data de Liquidação. O objetivo do *Equalization Payment* é possibilitar à Companhia capturar a potencial valorização suplementar do ativo em uma Transação Subsequente, visando o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

O cálculo do *Equalization Payment* considera, entre outros fatores, a diferença entre o valor implícito na transação de € 29,4 milhões (R\$ 157,4 milhões) por 100% do capital da CNova, em comparação ao valor a ser atribuído por 100% do capital em uma potencial Transação Subsequente, cabendo à Companhia, no caso de variação positiva, o recebimento da diferença considerando a sua participação de 34% que detinha na CNova no momento da assinatura do contrato referente à presente Transação ("Diferença"). O montante devido pelo Casino a título de *Equalization Payment* corresponde a 100% da Diferença caso a Transação Subsequente seja efetuada nos primeiros 12 meses desde a Data de Liquidação da Transação, 75% se efetuada entre 13º e o 15º mês, e 50% se efetuada entre o 16º e o 18º mês.

Os valores colocados neste item consideram a cotação do Euro para o Real de R\$5,351, com base em 24 de novembro de 2023.

Venda da Participação no Almacenes Éxito S.A.

Em 13 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um pré-acordo com o Grupo Calleja ("Pré-Acordo"), detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos ("Comprador"), para venda da totalidade da participação remanescente do

2.6 Eventos subsequentes as DFs

GPA no Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), correspondente a 13,31% do capital social do Éxito, no âmbito de uma oferta pública de aquisição lançada pelo Comprador na Colômbia e nos Estados Unidos da América para aquisição de 100% das ações do Éxito, sujeita à aquisição de pelo menos 51% das ações ("OPA"). Sociedades do grupo Casino, que possuem 34,05% do capital social do Éxito, também são partes do Pré-Acordo e se comprometeram a vender sua participação na OPA.

O valor da OPA, considerando a totalidade das ações do Éxito, foi de US\$1.175 milhões, equivalente a US\$0,9053 por ação, sendo US\$156 milhões (correspondente a R\$790 milhões) referente à participação do GPA.

A OPA foi aberta em dezembro de 2023 e sua liquidação ocorreu em 23 de janeiro.

Potencial venda da operação de postos

Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia, em fato relevante, informou sobre a potencial venda da operação de postos de combustível, que está em fase de negociação, em linha com seu plano de desalavancagem. Dentro desse contexto, a Companhia tem negociações em curso para a venda dos postos de gasolina, por meio de várias transações, com diferentes potenciais compradores, em especial por conta da regionalidade de cada um dos postos, fato esse que culminou no tratamento dessa operação como atividade descontinuada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2024.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

b. regras sobre distribuição de dividendos

c. periodicidade das distribuições de dividendos

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Descrição	31/12/2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>O Estatuto Social estabelece as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; e (b) a importância a ser distribuída aos empregados e administradores a título de participação nos resultados da Companhia. <p>Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) importâncias destinadas a reservas para contingências, caso assim deliberado pela Assembleia Geral; (c) 25% para pagamento do dividendo obrigatório. <p>Após as destinações acima, o lucro que não for utilizado para constituir Reserva para Expansão nos termos do Estatuto Social (limitada a 100% do valor do capital social) ou que seja objeto de retenção nos termos dos artigos 195-A (Reserva de Incentivos Fiscais) e 196 (Retenção de Lucros) da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo adicional.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal; (b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre

2.7 Destinação de resultados

Descrição	31/12/2023
	<p>e/ou trimestre de um exercício fiscal anterior; ou</p> <p>(c) de reservas de lucro de exercícios fiscais anteriores ou do primeiro semestre de um exercício fiscal.</p> <p>Neste caso, "reservas de lucro" significa qualquer reserva para expansão, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, montantes destinados para orçamento de investimentos aprovado por deliberação de acionistas, ou reserva de lucro a realizar, não incluindo qualquer reserva legal.</p> <p>Os dividendos são declarados em Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a recomendação do Conselho de Administração e devem ser disponibilizados aos acionistas no prazo definido pela Assembleia que deliberou sobre sua declaração.</p> <p>A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observada a taxa e os limites definidos em lei, sendo certo que os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio comporão o montante dos dividendos mínimos obrigatórios.</p> <p>Nos termos do Estatuto Social vigente à época da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovou a distribuição dos dividendos e da Lei das Sociedades por Ações, cada acionista conta com o prazo de 3 anos, a contar da data em que o pagamento do dividendo é devido, para reclamar o seu pagamento, após o qual a Companhia não será mais responsável pelo pagamento.</p> <p>A apuração do lucro líquido (ou prejuízo líquido, conforme o caso) e a destinação para reservas em qualquer exercício fiscal foram determinadas com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Em regra, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios será anual. Não obstante, poderão ser declarados dividendos intermediários pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do § 3º do artigo 32 do Estatuto Social. A decisão sobre eventual distribuição de dividendos intermediários será tomada pelo Conselho de Administração, a depender da situação financeira e econômica da Companhia.</p>
d. Eventuais restrições	<p>As escrituras da 18ª e da 19ª emissão de debêntures e um contrato de empréstimo bancário preveem cláusula restritiva que limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, ressalvadas determinadas exceções expressamente previstas em tais documentos. Para mais informações, vide itens 2.1.iv e 12.3 deste Formulário de Referência.</p>
e. Política de destinação de resultados	<p>A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos para o GPA Consolidado para o ano de 2024 totaliza R\$600 milhões, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, marketplace, last milers e novos CD's; (iii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; e (iv) *real estate*.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, Reserva de Expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, notas promissórias e monetização de ativos maduros ou *non-core*.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia está atualmente realizando a venda de determinados ativos *non-core*, como parte do seu plano de redução da sua alavancagem financeira. Desta forma, durante o ano de 2023, a Companhia concluiu a venda de, dentre outros ativos: (i) 11 lojas, por meio de *sale and leaseback*; (ii) terreno situado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (iii) participação societária detida na Cnova N.V. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia segue em negociação para a venda de outros ativos *non-core*, sendo que iniciou a negociação da venda de postos de gasolina de sua titularidade em diversas regiões do Brasil e do imóvel onde está localizada a sua sede administrativa.

iv. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há eventos a divulgar.

2.10 Planos de negócios

v. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

vi. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Questões ASG são um dos pilares estratégicos de negócio do GPA, possuindo a Companhia um time dedicado a tais questões e um plano de ação validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e pelo Conselho de Administração, o qual conta com atividades, metas e compromissos para os próximos anos.

O planejamento ASG da Companhia engloba aspectos relacionados a cinco pilares de atuação: diversidade e inclusão, impacto social, cadeias de valor, mudanças climáticas e ética e transparência. Para execução de ações relacionadas a esses pilares, a Companhia conta com investimentos em diferentes áreas, o que permite a constante evolução dos processos e políticas em linha com os compromissos estabelecidos.

Além do investimento que a Companhia realiza diretamente em ações voltadas aos temas de ASG e do constante estudo de oportunidades de melhoria de nossos negócios visando a minimização de impactos negativos e a potencialização de impactos positivos, o GPA possui como uma de suas metas de remuneração variável importantes temas de ASG, quais sejam, o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) e a redução de emissões de CO₂, direcionando o esforço coletivo da companhia neste tema.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste item 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2019 e posteriormente modificada em 18 de agosto de 2022.

A Política de Gestão de Riscos encontra-se disponível para consulta nas páginas eletrônicas da CVM e de relações com investidores da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, a Política de Gestão de Riscos visa orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são:

a) Estratégicos: Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.

b) Operacionais: Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.

c) Compliance: Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.

d) Tecnologia da Informação (TI): Riscos relacionados ao uso, operação e influência

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

e) Ambiental, Social e Governança (ESG): riscos relacionados a uma combinação de ameaças e oportunidades que podem ter um impacto significativo na reputação e no desempenho financeiro de uma organização.

O processo de gestão de riscos na Companhia foi definido com base nas orientações do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e na norma ISO 31000: 2018 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos.

Adicionalmente, a Política de Gestão de Riscos contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este “estabelecimento do contexto” é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A proteção dos riscos aos quais a Companhia está sujeita é realizada por meio das seguintes etapas: identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento, conforme descritas a seguir.

Identificação.

A abordagem de identificação de riscos na Companhia é realizada de maneira *top-down* (ou seja, dos cargos de maior hierarquia para os de menor hierarquia), sendo iniciado por entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e preenchimento de formulário por cargos de gerência, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e, conseqüentemente da Companhia. Nesta etapa, também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

Análise.

A análise de riscos é conduzida em seguida a sua identificação, e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

Avaliação.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos (financeiro e/ou reputacional), buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

Tratamento.

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual.

As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

Monitoramento.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs).

O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pela Gestão de Riscos em conjunto com as unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

na Política de Gestão Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, a depender das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o principal executivo de cada unidade de negócio, bem como para o Comitê de Auditoria da Companhia.

Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados pela área de Gestão de Riscos a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

A disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos, bem como de treinamentos na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados aos donos dos riscos, bem como aos principais fóruns de gestão da Companhia, como o Comitê Executivo, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de governança para gerenciamento dos riscos e as suas respectivas responsabilidades são:

(a) Conselho de Administração:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos ("Apetite a Riscos");
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; e
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna, gestão de riscos e da área de controles internos da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da Companhia;
- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração;
- Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
- Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;
- Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Comitê de Sustentabilidade e Diversidade:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;

- Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia;
- Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
- Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;
- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e
- Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.

(d) Diretoria Executiva (DIREX):

- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
- Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
- Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
- Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia;
- Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;
- Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;
- Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

(e) **Diretoria de Gestão de Riscos:**

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de toda a Companhia;
- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia, cobrindo todas as unidades de negócio;
- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, à metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-las na redução dos níveis de exposição dos riscos;
- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições;
- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos; e
- Acompanhar a implementação dos planos de ação pela área responsável e reportar possíveis atrasos e/ou incremento do risco para o negócio.

(f) **Dono do risco:**

Consiste no principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;
- Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;
- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KPIs; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.

(g) Responsável:

- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
- Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;
- Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e
- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.

(h) Auditoria Interna:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;
- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores- chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e
- Reportar periodicamente ao COAUD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.

(i) Colaboradores:

- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e
- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(j) Auditoria Externa:

Responsável pela avaliação da qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Gestão de Riscos revisa periodicamente os processos chave da Companhia, avaliando os riscos destes processos. Adicionalmente, a área de Controles Internos mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Ainda, o Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, possui a seguinte estrutura:

(a) Diretoria de Gestão de Riscos, responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos corporativos aos administradores e diretores;

(b) Área de *Compliance*, responsável por promover a cultura da ética e integridade com base nas melhores práticas de mercado, visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de *Compliance* existentes e desenvolvendo planos de ação junto às áreas de negócios, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (como, por exemplo, promover a condução de treinamentos, inclusive sobre a Lei Anticorrupção, para os colaboradores, alta administração e fornecedores, assim como revisão e implementação de políticas de controles, análises de riscos de fornecedores, dentre outros);

(c) Área de segurança da informação, responsável pela criação de políticas e monitoramento da proteção do ambiente tecnológico;

(d) Área de prevenção de perdas, responsável pelo monitoramento e controle de estoque;

(e) Área de controles internos, responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos e que fazem parte do escopo de avaliação da regulamentação da Lei Americana Sarbanes-Oxley- "SOx" para atendimento dos requerimentos de empresas listadas na NYSE; e

(f) Auditoria interna, responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

A área de Controles Internos é responsável por estruturar e monitorar o ambiente de controles internos da Companhia por meio de testes nos controles e demais mecanismos de proteção, visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“SOx”), com o objetivo de garantir de forma razoável a confiabilidade das informações financeiras divulgadas ao mercado, através de suas demonstrações financeiras. A área de Controles Internos é gerida pela Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria, Investigação Corporativa, e privacidade que reporta o progresso e resultados dos testes ao Comitê de Auditoria.

A área de *Compliance* da Companhia reporta à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria e Investigação Corporativa, que, por sua vez, se reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração, por meio da supervisão do Comitê de Auditoria, com o intuito de garantir independência no exercício de suas atribuições.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO emitido em 2013 para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas encontram-se apresentadas no item 5.2 (a) acima.

A Companhia possui uma estrutura organizacional, que, dentre outras responsabilidades, avaliam os riscos associados às demonstrações financeiras e implementam controles internos e demais mecanismos de proteção, a fim de manter os riscos dentro de níveis aceitáveis e de garantir uma confiabilidade razoável das informações financeiras divulgadas ao mercado. A estruturação, implementação e monitoramento desse ambiente de controles é de responsabilidade das estruturas organizacionais envolvidas no processo, como as áreas de Contabilidade, Financeira,

5.2 Descrição dos controles internos

entre outras. A área de Controles Internos oferece suporte técnico às áreas internas da Companhia na estruturação e implementação de seus controles internos e demais mecanismo de proteção, além de monitorar e avaliar o ambiente de controles, através de testes em controles mapeados na matriz de riscos e controles.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual de auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria e reportado para o Conselho de Administração.

A Diretoria de Gestão de Riscos, com o assessoramento das áreas internas da Companhia responsáveis por questões de compliance, controles internos e segurança da informação revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

Em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, seções 302 e 404, a área de Controles Internos efetua anualmente a avaliação da efetividade do ambiente de controles associados às demonstrações financeiras. O processo de avaliação de efetividade do ambiente consiste na revisão periódica dos controles internos estabelecidos em matriz de riscos e controles, bem como na certificação anual de controles internos da Companhia emitida pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro. Os testes de controles são realizados de forma independente pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Comitê de Auditoria.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Na data deste Formulário de Referência, no âmbito da revisão, por parte dos Auditores Independentes da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, identificou-se deficiências, as quais foram levadas para

5.2 Descrição dos controles internos

ciência do Comitê de Auditoria e para a Administração da Companhia. Até a divulgação deste Formulário de Referência, as deficiências significativas identificadas são:

1. IDENTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE LANÇAMENTOS MANUAIS, INCLUINDO AVALIAÇÃO DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO EM CONTROLES DETECTIVOS

Os controles implementados pela Companhia não estão operando de forma efetiva para possibilitar que os lançamentos manuais originados nas diversas transações do sistema de planejamento de recursos empresariais (ERP) possam ser identificados e, consequentemente, submetidos a uma revisão por profissional com competência e autoridade apropriadas. Notou-se que os controles apresentaram as seguintes deficiências: (i) o desenho do controle não endereça o risco de segregação de função entre o usuário que pode iniciar e aprovar um lançamento manual; (ii) o desenho do controle não endereça o risco de que todos os lançamentos manuais possam ser identificados; e (iii) o controle interno não operou conforme esperado, visto que foram identificadas instâncias de registro de lançamentos manuais aprovados sem o devido processo de revisão da documentação suporte. Como parte do processo de implementação de seus controles internos, a Companhia deve ainda avaliar a apropriada segregação de função para os profissionais executores de controles detectivos, como conciliações e revisões, entre suas atividades e a capacidade de iniciarem lançamentos contábeis.

2. REALIZAÇÃO E COMPILAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO DE ESTOQUES EM LOJAS

A Companhia concluiu a implementação do sistema Oracle SIM para a gestão dos estoques de mercadorias para revenda em todas as unidades (lojas) até o mês de abril de 2023. Ao realizar os procedimentos de inventários físicos gerais de lojas, foram identificadas deficiências na execução dos seguintes controles internos: (i) a política de inventários previa a possibilidade de alterações à posição dos estoques inventariados após a finalização das contagens; (ii) o processo de contagem apresentou falhas na precisão da contagem das quantidades físicas, com elevado volume de diferenças e tratativas fora da expectativa; e (iii) ausência de documentação apropriada para assegurar que os resultados dos inventários foram devidamente valorizados e registrados.

3. REVISÃO DA AVALIAÇÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL "IMPAIRMENT"

Notou-se a ausência de evidência de revisão no processo de elaboração da avaliação de redução ao valor recuperável "Impairment" de ativos de vida útil definida, especificamente ativo imobilizado. Embora o controle de revisão esteja previsto na

5.2 Descrição dos controles internos

matriz de controles da Companhia, seu desenho não contempla: (i) descrição das atividades de revisão necessárias para assegurar que a estimativa do valor recuperável foi determinada com base no previsto nas políticas contábeis da Companhia; e (ii) descrição das atividades de revisão necessárias sobre os dados e informações utilizadas na execução do controle (IPes).

4. CONCESSÃO E REVISÃO DE ACESSOS AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

A Companhia desenhou e implementou controles internos com o objetivo de assegurar que os acessos sejam pertinentes para as atribuições dos colaboradores. Entretanto, notou-se que os controles apresentaram as seguintes deficiências: (i) concessões de acessos sem a respectiva formalização e documentação suporte; (ii) concessões de acessos indevidos que foram aprovadas pelo respectivo responsável; (iii) a revisão de acessos não contempla o nível de detalhe adequado para o revisor realizar o julgamento sobre a pertinência dos acessos; (iv) durante a revisão, acessos indevidos não foram capturados pelos revisores; e (v) no controle de revisão de acessos, não há uma análise sobre o volume de ajustes nos acessos. Um alto volume pode ser um indicativo de que os controles preventivos não estão operando efetivamente.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação às deficiências reportadas pelos auditores independentes descritas no item "d", a Companhia compreende que:

1. IDENTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE LANÇAMENTOS MANUAIS, INCLUINDO AVALIAÇÃO DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO EM CONTROLES DETECTIVOS

Apesar de todas as melhorias implementadas durante o ano de 2023, os controles implementados pela Companhia ainda não estão operando, em sua totalidade, de forma efetiva para possibilitar que os lançamentos manuais originados nas diversas transações do ERP possam ser identificados e, conseqüentemente, submetidos a uma revisão por profissional com competência e autoridade apropriadas. Notou-se que os controles apresentaram as seguintes deficiências: (i) o desenho do controle não endereça o risco de segregação de função entre o usuário que pode iniciar e aprovar um lançamento manual; (ii) o desenho do controle não endereça o risco de que todos os lançamentos manuais possam ser identificados; e (iii) o controle interno não operou conforme esperado, visto que foram identificadas instâncias de registro de lançamentos manuais aprovados sem o devido processo de revisão da documentação suporte.

5.2 Descrição dos controles internos

Como parte do processo de implementação de seus controles internos, a Companhia deve ainda avaliar a apropriada segregação de função para os profissionais executores de controles detectivos, como conciliações e revisões, entre suas atividades e a capacidade de iniciarem lançamentos contábeis. Vale ressaltar que para fins de independência e melhoria de controles, a Companhia implementou revisões de lançamentos manuais por parte da equipe de Controles Internos durante o ano exercício de 2023, com mapeamento, identificação e análise dos tipos de lançamentos. Adicionalmente, apesar das deficiências de controle, não houve identificação de materialização de risco.

A Administração entende e se compromete com a necessidade de atualização da matriz de riscos da companhia durante o processo de *turnaround* e reestruturação.

2. REALIZAÇÃO E COMPILAÇÃO DO INVENTÁRIO FÍSICO DE ESTOQUES EM LOJAS

A Companhia, com foco na melhoria de controles, realizou uma migração de sistemas, implementando Oracle SIM para gestão dos estoques de mercadorias para revenda em todas as unidades (lojas) no ano fiscal de 2023. Durante os procedimentos de inventários físicos gerais de lojas, foram identificadas deficiências na execução dos seguintes controles internos: (i) a política de inventários previa a possibilidade de alterações à posição dos estoques inventariados após a finalização das contagens; (ii) o processo de contagem apresentou falhas na precisão da contagem das quantidades físicas, com elevado volume de diferenças e tratativas fora da expectativa; e (iii) ausência de documentação apropriada para assegurar que os resultados dos inventários foram devidamente valorizados e registrados. Testes adicionais foram realizados, nenhuma diferença material foi identificada e a Companhia está comprometida na implementação e correção de todo e qualquer oportunidade identificada derivada do processo de migração de sistemas.

3. REVISÃO DA AVALIAÇÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL "IMPAIRMENT"

Foi identificada a ausência de evidência de revisão no processo de elaboração da avaliação de redução ao valor recuperável "Impairment" de ativos de vida útil definida, especificamente ativo imobilizado. Embora o controle de revisão esteja previsto na matriz de controles da Companhia, seu desenho não contempla: (i) descrição das atividades de revisão necessárias para assegurar que a estimativa do valor recuperável foi determinada com base no previsto nas políticas contábeis da Companhia, (ii) descrição das atividades de revisão necessárias sobre os dados e informações utilizadas na execução do controle (IPEs). Não foi identificado impacto material por conta destas deficiências.

5.2 Descrição dos controles internos

4. CONCESSÃO E REVISÃO DE ACESSOS AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

A Companhia desenhou e implementou controles internos com o objetivo de assegurar a pertinência dos acessos segundo as atribuições dos colaboradores. Entretanto, foi identificado que, apesar das melhorias implementadas, após análises direcionadas, os controles ainda apresentaram algumas deficiências: (i) concessões de acessos sem a respectiva formalização e documentação suporte; (ii) concessões de acessos indevidos que foram aprovadas pelo responsável dentro do fluxo devido; (iii) a revisão de acessos não possui um nível adequado de detalhe para que o revisor possa julgar adequadamente sobre a pertinência dos acessos; (iv) durante a revisão acessos indevidos não foram capturados pelos revisores; e (v) no controle de revisão de acessos, não há uma análise sobre o volume de ajustes nos acessos. Um alto volume pode ser um indicativo de que os controles preventivos não estão operando efetivamente. Contudo testes e revisões adicionais foram realizadas e não foi identificada nenhuma utilização indevida de acessos para realização de transações que pudessem interferir no resultado da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 11.129/2022, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, como a lei americana de combate a corrupção FCPA (Foreign Corrupt Practices Act), supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados, destacam-se:

Código de Ética: aplicável a todas unidades de negócios e controladas da Companhia, estabelece as principais diretrizes, regras de processos e comportamentos esperados pela Companhia, na condução dos negócios envolvendo agentes públicos (Poder Público) e PEPs (Pessoas Expostas Politicamente), parceiros comerciais e colaboradores. O Código de Ética é constantemente disseminado aos colaboradores por meio de treinamentos presenciais e online. Em 2023 foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração com o objetivo de fortalecer principalmente os valores da Companhia e adequar as mudanças organizacionais. O Código reflete os padrões mínimos esperados em temas como: valores, canal de ouvidoria e denúncias, cumprimento das leis, regulamentos e normas internas, ações de combate à corrupção, prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro, controles internos e registros contábeis, brindes, presentes, viagens e entretenimento, relacionamento com o poder público, imagem e reputação, segurança das informações, uso de bens e recursos, conflito de interesses, relacionamento com fornecedores, prestadores de serviços e parceiros comerciais, relacionamento com a concorrência, doações, contribuições e patrocínios, penalidades dentre outros.

5.3 Programa de integridade

a. Política Anticorrupção: aplicável a todas unidades de negócios e controladas da Companhia, estabelece as diretrizes gerais sobre práticas anticorrupção envolvendo Colaboradores e Agentes públicos ou privados, contribuindo no atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção aplicáveis à Companhia. Esta política foi atualizada em 2023. Os principais temas abordados neste documento referem-se à: oferta ou recebimento de valor monetário ou equivalentes, pagamentos de facilitação, presentes, viagens e entretenimentos em desacordo às leis de combate à corrupção e normas internas da Companhia, livros e registros contábeis, avaliação de riscos de terceiros e fornecedores, doações a candidatos e partidos políticos, reporte de violações, papéis e responsabilidades, dentre outros.

b. Política de Conflito de Interesses: aplicável a todas as unidades de negócios e controladas da Companhia, este documento estabelece as diretrizes e orientações para identificação, declaração e resolução de situações de conflito de interesses, reais ou potenciais, que envolvam colaboradores, visando garantir que estes atuem sempre no melhor interesse das empresas da Companhia e de seus clientes. As principais informações deste documento referem-se à identificação de possíveis situações de Conflito de Interesses durante a contratação de novos colaboradores, contratação de terceiros (fornecedores, prestadores de serviços, intermediários e parceiros de negócio) com vínculos com colaboradores, relacionamento com Agentes Públicos, relacionamento entre colaboradores da Companhia, atividades externas e compra de ações, dentre outras, como também o processo de Declaração de Conflito de Interesses, monitoramento, treinamento e comunicação, responsabilidades, penalidades dentre outros.

c. Política de Atendimento às Fiscalizações e Tratamento de Documentos Oficiais: aplicável a todas as unidades de negócios e controladas da Companhia, este documento tem como objetivo estabelecer regras, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados no atendimento a fiscalizações, vistorias ou inspeções do Poder Público, assim como fornecer diretrizes no tratamento de documentos oficiais. As principais informações deste documento referem-se aos tipos de fiscalizações, comportamento esperado no atendimento inicial de fiscalizações, canais de atendimento e Orientação para o Tratamento de Documentos Oficiais. Esta política foi atualizada em janeiro de 2024.

d. Política de Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimentos: aplicável a todas as unidades de negócios e controladas da Companhia, este documento estabelece diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados pelos colaboradores na prática de receber e oferecer brindes, presentes,

5.3 Programa de integridade

convites para eventos, cursos, congressos, treinamentos, viagens e entretenimento, seguindo os valores e diretrizes definidas no Código de Ética da Companhia. As principais informações deste documento referem-se às situações de oferta ou recebimento, permitidas ou proibidas, para os colaboradores da Companhia e o processo de aprovação.

e. Procedimento de Cadastro e Análise Reputacional: aplicável a todas as unidades de negócios e controladas da Companhia, este documento estabelece as regras e controles nos processos de Cadastro e Análise Reputacional de Fornecedores/Terceiros, bem como para as Entidades Beneficiárias que venham a receber de doações e patrocínios, mitigando possíveis riscos decorrentes da relação contratual, em especial, o histórico e reputação dos Terceiros a serem contratados pela Companhia em atendimento às legislações vigentes em especial a brasileira - Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022).

f. Política de Acionamento e Apuração de Ouvidoria: aplicável a todas as unidades de negócios e controladas da Companhia, este documento estabelece as diretrizes para o acionamento da Ouvidoria, com a finalidade de apurar e dar a tratativa correta às ocorrências, garantindo a aderência e coerência dos valores éticos, institucionais e universais do relacionamento da Companhia e suas empresas, com os seus públicos de relacionamento. Além de garantir a confidencialidade e independência das áreas apuradoras nos processos de investigação requeridas pela Ouvidoria.

g. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Doações e Patrocínios; Consequências e Medidas Disciplinares; Gestão e Programa de Ética e Compliance; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; dentre outras;

h. Área de Compliance: dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Ética e Compliance com reporte ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria;

i. Treinamentos: são realizados treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público-alvo;

j. Canal de Ouvidoria: Canal que visa intermediar soluções que estejam desalinhadas com os Códigos de Ética e de Conduta Ética dos Negócios e legislação vigente, tais como fraude, corrupção, discriminação, assédio, atos ilícitos, não

5.3 Programa de integridade

conformidade com as Políticas internas ou que não tenham sido solucionadas pelos processos ou canais (em prazo ou qualidade de resposta adequada) de atendimento do GPA, identificando, fomentando melhorias em comportamentos ou processos e minimizando riscos, crises ou conflitos.;

k. Avaliação reputacional de Fornecedores/Terceiros: a Companhia realiza avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas conforme as diretrizes internas previamente definidas.

Por fim, a Companhia informa que realiza anualmente o mapeamento e processo de análise de riscos que contempla o tema de corrupção e a avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

Adicionalmente, anualmente, é realizado o mapeamento de partes relacionadas, internamente, perante as companhias do grupo GPA e Casino e pessoal-chave, nos termos da Política. Com base nesse mapeamento, caso haja contratação de fornecedor considerado parte relacionada, será sujeito ao procedimento previsto na Política. Assim, não há processo de análise com relação à Política de Partes Relacionadas em si.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Ética e Compliance, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria, que foi formalmente instalado em 09.01.2015, é responsável pela supervisão do Programa de Ética e Compliance e dos principais indicadores relacionados ao tema. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria deve reportar suas atividades ao Conselho de Administração;

b. Comitê de Ética: as reuniões do Comitê de Ética ocorrem trimestralmente ou de forma extraordinária, de acordo com demandas emergenciais que possam surgir, tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo compartilhamento de análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política

5.3 Programa de integridade

Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários. Adicionalmente, é válido ressaltar que o Comitê de Ética é composto pelo Diretor Presidente, Diretores Executivos de Recursos Humanos e Finanças, Diretorias Jurídica, de Auditoria e Compliance, e por Diretores e/ou Executivos ou demais colaboradores ad hoc.

c. **Compliance:** área de compliance se reporta à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria, Privacidade e Investigação Corporativa que, por sua vez, se reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. A área é dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Ética e Compliance.

d. **Ouvidoria:** área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares, e reporta suas atividades periodicamente ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da Companhia e se reporta à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria, Privacidade e Investigação Corporativa que se reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria

e. **Áreas Apuradoras:** as áreas apuradoras, possuem como atribuição a apuração da procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria, e reportam suas atividades à Ouvidoria, com rastreabilidade em reportes de apuração e com possíveis reportes ao Comitê de Ética da Companhia;

f. **Auditoria Interna:** a auditoria interna, é responsável pelo cumprimento anual do programa de auditoria, validado anualmente pelo Comitê de Auditoria da companhia. A área se reporta à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria, Privacidade e Investigação Corporativa que se reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria;

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como**

5.3 Programa de integridade

fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui o Código de Ética, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de agosto de 2023, e é aplicável a todos os administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A alta administração e os colaboradores, do corporativo e das lojas (operação) são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público-alvo. A área de Compliance é responsável por acompanhar os indicadores de treinamentos e reportes à alta liderança sobre o tema.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

O Código de Ética da Companhia está disponível para consulta no site de Relação com Investidores da Companhia.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- iv. **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias sob a responsabilidade da área de

5.3 Programa de integridade

Ouvidoria, área com reporte à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Ouvidoria, Privacidade e Investigação Corporativa que se reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima (ou não, conforme critério do denunciante), de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das denúncias, bem como distribuição, para as áreas apuradoras, incluindo ocorrências relacionadas à compliance, ética e diversidade conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de Ética e *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

A Companhia não admite qualquer forma de retaliação, discriminação ou sanção contra qualquer indivíduo que exponha uma preocupação verdadeira e de boa-fé, e atua a fim de proteger àqueles que decidirem se utilizar da ferramenta do canal de denúncias contra retaliações, por meio do sigilo do processo.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados pela companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve, até a data de divulgação deste Formulário de Referência, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos que a Companhia adotou.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima